

Oswaldo Munteal Filho
Historiador da Seção de Pesquisa do
Arquivo Nacional. Professor adjunto de História Moderna e
Contemporânea da UERJ e da PUC-Rio. Doutor em História Social – IFCS/
UFRJ. Coordenador do Navegar – laboratório de estudos portugueses da UERJ.

Vitorino Magalhães Godinho

no Labirinto Ultramarino

As frotas, as especiarias e o mundo atlântico

Mar!
E é um aberto poema que
ressoa
No búzio do areal...
Ah, quem pudesse
ouvi-lo sem mais versos!
Assim puro,
Assim azul,
Assim salgado...
Milagre horizontal
Universal,
Numa palavra só realizado.
(Miguel Torga, *Mar*)
Penso, na verdade, que a
história do Brasil não é
história à parte, e que deve



ser considerada
nas suas
relações com a
história
do meu
país, e ambas integradas na
evolução mundial.

(Vitorino Magalhães Godinho)

INTRODUÇÃO: A TRAMA DA REDE ATLÂNTICA

O encontro dos navegadores com
a América deu-se através do
Mar-Oceano, para tomar aqui
uma inspiração de Colombo. Este meio
natural, paulatinamente domesticado, foi
tornando-se aos poucos uma fonte de
mistérios, de interpretações fantásticas

cunhadas pelos capitães-nobres. Estes comandantes de esquadra formaram-se nos quadros de um pensamento medieval comprometido com o ideal da cavalaria, a obsessão pela honra e, sobretudo, pela busca da glória. Portanto, o perigo fazia parte da conquista, assim como a maneira de ultrapassar os obstáculos transcendentais, representados por serpentes marinhas, dragões ou mesmo entidades mágicas capazes de alterar a mente dos marujos.¹

A arte da marinharia, confrontada ao tempo histórico em que os aristocratas estavam inscritos, representou uma fonte de novas certezas para a secularização da Ibéria.² O historiador português Vitorino Magalhães Godinho propôs uma verdadeira revisão da epopéia das descobertas, por meio da história das frotas e dos metais amoedáveis, das rotas ultramarinas, e, sobretudo, das especiarias do Oriente e da América.

Pode-se supor que ele percebe uma vertente original para a história dos descobrimentos, fundada no movimento dos homens e das mercadorias que singraram os continentes do Novo Mundo. Tempo secular é o tempo da acumulação da riqueza das nações, especialmente dos países ibéricos. A utopia da construção de uma nova identidade (luso-americana) tem uma referência central para Godinho: os meios práticos que melhor viabilizariam a conquista física das novas terras. Nesse sentido, o encontro do Velho Mundo com o Novo Mundo depende

de uma compreensão do significado da realidade palpável, ao alcance da mão dos portugueses, articulada ao esforço de conferir uma dimensão inteligível à Natureza encontrada ou descoberta.³

Não devemos nos esquecer que muitos ainda hoje, no limiar do século XXI, consideram a invenção do Novo Mundo como um dado insofismável, e sobre o qual pouco pode-se ainda dizer.⁴ O que talvez explique a apatia brasileira ou as manifestações estereis diante das “comemorações” dos 500 anos de Brasil. Afinal, como lembra bem a catilinária pós-moderna, para que investigar o que já está dado? Faz sentido pesquisar?

Faz-se necessário, pois, retomar o debate acerca das fronteiras, a fim de que possamos perceber o cariz da sociedade portuguesa que produziu o encontro com a América. O conceito de fronteira foi assim explicitado por Lucien Febvre: “*Fronteira*: palavra de exércitos em movimento, palavra relativamente nova que se opõe a *limite*, essa velha palavra indulgente de medidores de terra. Fronteira, verdadeira fronteira, linear e de choque – um dos nervos à flor da pele, cuja dor lancinante nossa velha Europa carrega em seus flancos...”.⁵ É necessário um esforço de retomada da teoria do sistema mundial na perspectiva analítica de Fernand Braudel, e dessa forma integrar a compreensão da fronteira à compulsão à globalidade, forçada pelas políticas coloniais européias em tela desde o século XVI.

As terras descobertas têm a função, dentro da lógica da mundialização das técnicas e do conhecimento sob controle do Ocidente moderno, de proporcionar uma acumulação ilimitada e interminável de capitais e de forças em torno do grande comércio e dos estados hegemônicos do núcleo duro da economia mundo dos descobrimentos.

Este estudo pretende, sumariamente e tendo como foco uma escrita postada, examinar as fontes da reflexão historiográfica de Godinho e os caminhos da sua interpretação, a partir de um trabalho intitulado: *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. A estrutura deste trabalho apresentará os seguintes problemas, tomando-se por base a análise da escrita de Godinho: a relação que o autor estabelece entre a crise civilizacional do mundo contemporâneo e o futuro dos países de língua portuguesa. Esse elemento atravessa os estudos e cursos mais recentes do historiador português; o colonialismo luso como uma etapa da história do sistema mundial; a identidade entre a história do Brasil e de Portugal; as frotas e o império português. Os aspectos apontados nessa agenda intelectual de Magalhães Godinho não aparecem nessa ordem, ou mesmo com esses títulos. Na verdade, o ordenamento deste artigo obedecerá o ritmo das *frotas do açúcar e do ouro*, com um olhar sempre atento para as sugestões e polêmicas implícitas num trabalho preparado em 1951.

MAR E MODERNIDADE: OS IMPASSES DA CIVILIZAÇÃO

A reflexão sobre a escrita de Magalhães Godinho exige um esforço de compreensão de duas vertentes que aparecem constantemente no estudo sobre as frotas: em primeiro lugar, a percepção do mundo como objeto de pesquisa. De uma outra perspectiva, Godinho revela uma preocupação constante com a maneira de pensar a história, e o ofício do historiador. Esse processo de conhecimento do mundo luso-americano encontra o seu ponto de imbricação quando a história da expansão é capaz de examinar, articuladamente, o conceito de descobrimento, a idéia de Novo Mundo e a singularidade do renascimento ibérico para a cultura ocidental.

Os homens que cruzaram o Atlântico entre os séculos XV e XVIII buscavam, em essência, especiarias que muitos navegadores, naturalistas e burocratas régios julgavam existir abundantemente nas terras exóticas do Novo Mundo. Nessa parte do globo terrestre, as ações dos luso-brasileiros foram impulsionadas por uma espécie de mutação mental de inspiração renascentista, que, aliada ao 'espírito' aventureiro, domou as ondas da maré e quebrou a baía tranqüila da resignação em busca do alto-mar.

Na mente e na alma do navegante deveria haver clareza, quando tudo oscilava sob ele. Na ponte de comando havia tanto a sobriedade do conhecimento para

pilotar, quanto o sentimento de descobrir e a caprichosa mística de errar pelo mundo inteiro.

A dimensão multissecular do reconhecimento do céu, da terra e do mar, dos limites territoriais nos oceanos e nas novas terras, precipitou as potências europeias da época para um cenário internacional de disputa acirrada. Muitas bandeiras singraram os mares, dos piratas aos comerciantes ultramarinos, além dos missionários, nobres, pilotos, e naturalistas que lutavam pela hegemonia do Atlântico, transferindo assim para o céu e para o mar a geografia do continente.

A migração de povos, idéias, especiarias e identidades acabou por caracterizar as sucessivas aventuras de redescoberta dos territórios ultramarinos. Quando pensamos, quinhentos anos depois, nos possíveis significados da conquista da África, América e Índia para o fluxo de homens e mulheres que passaram a experimentar a cultura portuguesa, perguntamo-nos sobre a capacidade que temos de reunião e o quanto somos diferentes da origem.⁶

A idéia de uma comunidade de povos de língua portuguesa ultrapassa o espaço local e ganha força planetária quando diversos países fora da língua oficial portuguesa se integram de forma fragmentada à cultura lusitana.⁷ As iniciativas em torno de uma maior integração têm sido tímidas. Os centros de pesquisa, acordos de cooperação econômica e mesmo as famosas comemorações em torno dos quinhentos anos muitas vezes ignoram a

força vital de uma possível unidade lusófona.

O pensamento único de cunho neoliberal aumenta os desafios que estamos a enfrentar, diante do processo de globalização da economia e de massificação da cultura. A busca da memória viva, dos laços intelectuais e éticos que nos unem e da reflexão sobre as diferenciadas rotas que marcaram a história de Angola, Cabo Verde, Brasil, Portugal, Timor Leste, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné ao longo do século XX adquirem sentido para a formação educacional e cultural de nossos povos.

É de fundamental importância que as casas de memória, universidades e os órgãos de comunicação social trabalhem articuladamente na revalorização da tradição intelectual luso-brasileira com o objetivo de informar a sociedade civil sobre uma história que foi durante muito tempo comum. Para além disso, devemos refletir sobre os nossos vínculos com a modernização e pensar no passado colonial, que afinal sempre surge como um fantasma contemporâneo para as ex-colônias em busca da superação do atraso. Parte de nossa elite dirigente – econômica e burocrática – tenta contaminar o senso comum com a explicação perversa que associa o nosso atraso econômico à tradição luso-brasileira, esquecendo evidentemente da forma dependente do nosso capitalismo, este sim associado a fatores globais e que escapam ao consenso atlântico.

A liderança em torno da idéia desse consenso depende é claro de investimento material, assim como deve estar comprometida com atitude ética e força intelectual, que afinal concorrem para a materialização dos nossos ideais.

Quinhentos anos depois da expansão cultural e da exploração econômica do Novo Mundo, os povos de língua portuguesa têm refletido, cada um a sua maneira, sobre o processo colonizador e sobre o

lugar que cada um ocupa no mundo de cultura lusófona. As cidades ultramarinas têm em comum o passado colonial, a herança de uma longa tradição imperial (1415-1974) e os fragmentos de uma multifacetada identidade cultural. A experiência de uma unidade imperial, deslanchada pela cultura renascentista e consignada pela língua, pela fé e pelo monopólio metropolitano, caracterizou a mensagem dos descobrimentos portuque-



Retrato de Vasco da Gama. Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo cabo da Boa Esperança fez d. Vasco da Gama em 1497. Porto, 1838.

ses por três continentes.⁸

A reflexão sobre o futuro dos povos de língua portuguesa, das origens à maturidade, integra uma história de muitos capítulos na busca dos traços comuns entre a história de Portugal e a história dos países que progressivamente se viam envolvidos num complexo cultural discursivo transepocal. As diversidades cultural, étnica, lingüística e intelectual presentes na trajetória das ex-colônias nos obrigam a cruzar a hipotética temperança e a peculiaridade dos trópicos com a multiplicidade de dialetos e crenças, e finalmente com a própria busca dos países que herdaram o português do seu sentido/destino.⁹

Na memória dos viajantes que singraram os mares e invadiram os povos e as terras exóticas, havia a contemplação em relação à natureza tropical e à ação no sentido dos homens seculares. A perspectiva de 'estar-no-mundo' foi vital para os descobridores, afinal céu e mar pertenciam de fato aos navegantes e a todos os que eram capazes de entender os sinais presentes na natureza física das colônias. Havia assim uma verdadeira aliança entre a colonização e a compreensão. Resta saber, hoje, que síntese é possível ser recuperada ou criada a partir da árida conquista da autonomia e da distante percepção dos fragmentos de uma identidade.

Viajar era preciso e natural para os homens do renascimento científico-cultural do chamado Grande Século. A necessida-

de de que fossem trilhados caminhos para dentro e para fora de Portugal, com as mesmas finalidades e objetivos, reside nos sentidos de explorar e conhecer.¹⁰ Na viagem está implícito o distanciamento, fictício ou não, independente de qualquer racionalidade para ser, num duelo entre razão e vontade/instinto. Para quem o caráter de observar constitui a base para um saber elucidado e não perigosamente suposto, o caminho das fontes é precaução elementar. A viagem foi capaz de (re)construir Portugal pela significação que lhe dá o tempo. Tempo esse que é passado, pois só ele é verdadeiramente tempo.

O desenvolvimento dos espaços de sociabilidade intelectual e o investimento no método científico, voltados para o estudo da natureza como matéria filosófica, visaram a promoção imediata de um conhecimento que se constitui utilitário, ou seja, de um entendimento de fim prático, e inserido nos termos de uma nova descoberta do Novo Mundo. Dessa maneira, a natureza foi a chave para um controle que, de uma forma pragmática, correspondeu a um movimento de largo e minucioso reconhecimento do império colonial atlântico.

O escritor português Miguel Torga em seus "Diários" diz: "O meu espaço de liberdade é o mapa de Portugal, subentendido na folha de papel onde escrevo". Torga convida-nos em sua obra, especialmente em seus "Diários", a um passeio imaginário por Portugal. Apresenta ao lei-

tor um percurso da aventura lusíada desde os trás-montanos aos minhotos, ao Douro, às Beiras, ao passado coimbrão, a Lisboa ultramarina dos cruzados e dos mouros e a Lisboa peninsular/européia, e, afinal, converge para as fundações da nacionalidade portuguesa de d. Afonso Henriques, para então chegar aos alentejanos e algarvios, neste caso o oriente criado pela península ibérica, região fundadora do cisma Ocidente/Oriente desde 711.

Esse é o roteiro ideal-típico dos ensaístas de diversas épocas, mesmo entre aqueles em que a perspectiva do historiador não é necessariamente a dominante e, de certa maneira, o entendimento acerca de Portugal acaba por transcender o ofício especificamente historiográfico. Entre estes intelectuais habitam diversas tradições acadêmicas e literárias, como nos casos de Alexandre Herculano, Antônio Sérgio e Oliveira Martins, que, neste último caso, pontifica a reinterpretação da história de Portugal à luz de uma civilização ibérica emergente e de um país que morreu ao nascer e viveu a imitar os outros. Portugal teria acabado no século XVI e os Lusíadas seriam um epitáfio.

Entender Portugal nas suas origens e na sua integralidade parece ser sempre uma intenção, uma meta, um objetivo quase impossível de ser alcançado.¹¹ Em um episódio de grande dramaticidade para a história moderna portuguesa, o historiador João Lúcio de Azevedo propõe: “Ninguém acredita já que d. Sebastião venha

a ressuscitar, mas poder-se-á dizer que desapareceu de todo o sebastianismo? Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa”.¹²

A difícil e complexa tarefa de, tomando aqui a perspectiva de Fernand Braudel, pegar a estrada, e com os próprios olhos inventariar a diversidade, interpretar a partir da paisagem, procurar a divergência, o contraste, a ruptura e a fronteira, mobiliza-me e impulsiona-me a perceber a interinfluência luso-brasileira na sua singularidade e originalidade.

O problema da identidade no limiar do século XXI recoloca a sociedade brasileira e a portuguesa frente a frente com as suas histórias de permanências e rupturas. A retomada das discussões em torno dos quinhentos anos faz reacender não só a remota história do povo brasileiro, mas também o sentido desta discussão para o próximo milênio. A retomada da herança quinhentista é sinuosa, diria mesmo perigosa, pois remete a uma pesquisa sobre o sentido transistórico que habita no interior da tradição luso-brasileira. Nós não acabamos de nos conhecer. A relação atlântica é antiga e permeada por significativas contradições que referem-se ao próprio passado colonial.

Promover uma ligação entre portugueses e brasileiros, com base exclusivamente na efeméride ou mesmo na “comemoração” do acontecimento, é um risco calculado

e imprevisível. O “aqui e agora”, escreveu Ernst Jünger, “trata-se de uma questão central do nosso tempo, quer dizer, de uma questão que, em qualquer dos casos, se faz acompanhar de perigos”.¹³

Entre a herança e o futuro há uma trajetória errática e muitas vezes criativa. Pode-se dizer mesmo que a gênese da identidade lusófona refere-se, em primeiro lugar, a três influências étnico-culturais: a presença islâmica (século VIII); a tradição visigótica (criação da *diocesis Hispaniarum* por Diocleciano em 297) que originalmente fundou a Ibéria; e o legado ultramarino marcado pelo início das grandes navegações (em torno de 1415). Num segundo momento, deve-se considerar a interpretação sobre a história das gerações de povos e culturas que entraram em contato reciprocamente a partir da empresa colonial, das guerras religiosas e dos movimentos de independência. Aparentemente, as trocas culturais foram desprezadas como fatores de integração, e muitas vezes encaradas como fontes do atraso material. Nesse sentido, para que lembrar de relações entre partes esquecidas ou pouco desenvolvidas do globo, como a distante e ‘ininteligível’ Índia goense, a miserável África portuguesa de descolonização recente e polêmica, ou o Brasil cada vez mais periférico quanto às exigências do núcleo orgânico do capitalismo global?

As dificuldades em torno de uma maior visualização acerca da relevância de se pensar sobre o passado luso-brasileiro

começam com o movimento de consolidação do nacionalismo no século XIX, seguido do fenômeno nacional metamorfoseado em fascismo na década de 1920 em Portugal, e, finalmente, a recuperação econômica em meio a uma recessão internacional.¹⁴ Portugal e Brasil parecem existir em planetas distintos. A dinâmica do encontro contemporâneo parece reivindicar da inteligência ibero-americana a elaboração de um verdadeiro inventário dos marcos conceituais que venham a caracterizar uma historiografia dos povos de língua portuguesa.

O ensino secundário dos jovens estudantes brasileiros tem confirmado todos os preconceitos seculares construídos ao longo das sucessivas redescobertas das nossas diferenças. O encontro do século XXI não é apenas de culturas, mas essencialmente marcado por uma espécie de ajuste de contas com a nossa memória coletiva. É curioso observar a estranheza dos brasileiros no que tange aos quinhentos anos. Um olhar atento pode perceber as seguintes iniciativas lúdicas: a preparação de uma outra sinfonia do Novo Mundo (além da famosa nona de Antonin Dvůřák) pensada para as comemorações oficiais, uma encenação da chegada dos navegadores numa espécie de funeral virtual, e, é claro, alguns protestos em nome da busca da alteridade perdida.

Portugal é retomado no âmbito do senso comum como o ponto de partida do atraso,¹⁵ uma espécie de mergulho para o nada. Trata-se, na verdade, de eliminar

fronteiras entre os países que formam a comunidade lusófona, e aproximar algumas investigações realizadas no contexto dos centros de excelência, na direção do grande público. A sociedade brasileira precisa de uma alta dose de história. Há uma concepção mais ou menos disseminada de que a empresa e a carreira coloniais empreendidas pelos lusos foram inferiores às dos holandeses, franceses, ingleses e até dos espanhóis dos nossos vizinhos no Cone-Sul. Alguns parecem buscar a metrópole ideal ou a coerção mais perfeita. Pior, há um verdadeiro esquecimento do colonialismo recente em África. O olhar sobre a história do presente imediato parece ameaçar decisivamente a crítica e surge a proposta escondida de um homem 'não-histórico'. Mais uma vez retomando Torga, o escritor português diz: "uma vida dá para quase tudo".

A intolerância com o passado faz parte das especulações neoliberais e pós-modernas da contemporaneidade. Alguns prepotentes do fim do século correm em busca de uma notoriedade milenarista propondo o fim do pensamento e da ação, sinalizando para o pensamento único que não cessa de afirmar que tudo já está dito. Então para que a pesquisa? Há um esforço de retirar da história qualquer capacidade de compreender ou explicar, num movimento de esmagamento de todo projeto coletivo. O desafio posto na mesa é o seguinte: não há memória individual ou coletiva. O historiador será capaz de capturar no tempo histórico os registros da

memória social contida na experiência multissecular dos descobrimentos? A atitude de pensar historicamente é civil e crítica, independente de ideologias, no momento em que é possível confrontar concepções, examinar registros documentais díspares, buscar a contradição na pesquisa árida e minuciosa sobre o processo com os seus ritmos e sentidos próprios.

O pai da hermenêutica contemporânea, Hans Georg Gadamer, em seu ensaio sobre as origens culturais e os fundamentos antropológicos do continente europeu, medita longamente sobre o hiato entre a genealogia dos povos europeus e o futuro que os espreita. Para tanto, Gadamer lembra muitas vezes do papel da Segunda Guerra Mundial como um momento de reflexão ou "balanço" da experiência humana produzida no passado, e a manipulação sobre a opinião pública e a formação científica estéril nos dias que correm. Afinal, e a função do pensamento filosófico nisso tudo?¹⁶

A pergunta que muitas vezes tem sacudido os meios de comunicação, de uma maneira geral, parte da convicção de que realmente existe alguma coisa para se 'comemorar'. Bem, se isso é verdade, faz-se necessário estabelecer algumas propostas preliminares. O acontecimento/processo que engloba o mundo lusófono possui temporalidades distintas. A reconstrução portuguesa de 1974 se deu num momento extremamente desfavorável. A economia sustentou o processo de moderni-

A

zação e redemocratização nas décadas que se seguiram à Revolução do 25 de abril, movimento militar que foi o responsável direto pela liquidação do salazarismo.¹⁷

As ex-colônias viveram, ao longo do século XX, uma outra experiência histórica, marcada por uma imensa dívida social e pela aceleração do processo de dependência econômica. Em termos metodológicos pode-se pensar a relação luso-brasileira a partir de Portugal, do Brasil ou de Portugal e Brasil. E este é o ponto fundamental: romper com o iso-

C

lamento cultural que mais uma vez faz uma sombra entre a Ibéria e o Oriente.¹⁸

A definição do que somos em termos de uma unidade dos povos de língua portuguesa depende de uma afirmação do encontro no século XXI. O sentido da comemoração é diverso, e a capacidade de reunião está vinculada diretamente à recuperação da memória das ex-colônias e à admissibilidade de uma história comum num passado mais remoto.

Uma das tarefas que se apresentam para os intelectuais que têm pensado e pesquisado a longa expansão colonial lu-

E



Guillaume-Thomas François Raynal, *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, Paris, 1820, volume

sitana, é estabelecer um diálogo entre os tempos da conquista¹⁹ e as tensões em torno dos processos de descolonização. É importante remeter a massa esparada de dados, fatos e teorias a uma interpretação que insira o espaço ibero-americano no sistema mundial.

Recentemente, o historiador Eric J. Hobsbawm escreveu uma espécie de biografia do século XX aliada a um profundo senso prospectivo. A provocação veio numa entrevista denominada "O novo século", que apresentou o seguinte ponto de vista logo na sua primeira resposta:

Todos nós, na medida do possível, tentamos prever o futuro. Faz parte da vida, dos negócios, nos perguntarmos sobre o que ele nos reserva. Mas a previsão do futuro deve necessariamente basear-se no conhecimento do passado. Os acontecimentos futuros precisam ter alguma relação com os do passado, e é nesse ponto que intervém o historiador. Ele não está em busca de lucros, no sentido de que não explora seus conhecimentos para assegurar ganhos. O historiador pode tentar identificar os elementos relevantes do passado, as tendências e os problemas. Por isso, é preciso que nos arrisquemos a fazer previsões, mas tomando certos cuidados. Entre os quais, tendo sempre a consciência do perigo de macaquear o cartomante. Precisamos entender que, na prática e por princípio, grande parte do futuro é inteiramente inacessível. Creio que são imprevisíveis os acontecimen-

tos únicos e específicos, ao passo que o verdadeiro problema para os historiadores é entender o quão importantes eles são ou podem vir a ser. Às vezes, podem se mostrar significativos do ponto de vista da análise, mas nem sempre é assim.²⁰

Nos dias que correm, posicionamentos desse tipo parecem um convite ao confinamento intelectual. Essa articulação é bastante rara e para muitos um empreendimento de alto risco. Hobsbawm começa o seu livro mencionando o papel da "bola de cristal" para a atividade do intelectual que estabelece um compromisso com o presente.

O enfoque deste estudo privilegia a comunicação entre o passado e o presente como um dos focos para uma visão mais precisa das contribuições de Magalhães Godinho à história da expansão marítima da época moderna.

AS VIAGENS DE DESCOBRIMENTO

O mundo atlântico, na perspectiva de Godinho, representou uma verdadeira 'novidade geográfica', edificada entre 1520 e o final do século XVI. A civilização da modernidade atlântica superou a barreira intransponível do oceano, e instalou um mundo marcado pelas conexões permanentes entre americanos, africanos e asiáticos. Os padrões de relacionamento constituídos nos primórdios da modernidade europeia apresentam ritmos e direções variadas, entretanto Godinho faz questão de frisar

que os contatos e migrações existiram sempre.²¹

O mar na Europa tinha adquirido uma componente do poder de Estado, mas não por todo o lado nem ao mesmo tempo, nem no mesmo grau. De um modo geral, o papel do mar na afirmação do poder foi inversamente proporcional à extensão do território. Sem retomar as experiências anteriores ao século XIII, as cidades italianas, Veneza e Gênova em particular, deram provas de precocidade. As suas possessões além-mar, até o mar do Norte, fizeram reviver o conceito antigo de talassocracia. Antes de Inglaterra, Portugal e mais tarde as Províncias Unidas terem fundado, fosse sobre uma ilha, ou sobre uma margem estreita do continente, domínios marítimos, o Mediterrâneo conheceu, em meados do século XV, a experiência original da Coroa de Aragão. A partir de uma expansão catalã até o mar Egeu, o voluntarismo de Afonso V, o Magnânimo (1418-1456), uniu numa espécie de federação a Catalunha, o reino de Valência, a Sardenha, o reino de Nápoles e a Sicília; em 1449, um verdadeiro programa por ele publicado impunha a esses estados alguns elementos de um império marítimo: proibição de determinadas importações estrangeiras, aumento das construções navais e monopólio da bandeira aragonesa. Por seu lado, o reino da França, intimamente ligado ao continente tanto por suas fronteiras como pela mentalidade rural dos seus habitantes, e dividido entre os seus imperativos terrestres e as suas atrações marítimas,

teve hesitações e atrasos. O poderio espanhol, através de Castela, deu prosseguimento a esses avanços com o fortalecimento dinástico e militar absolutista.²²

Magalhães Godinho percebe com clareza que as rotas atlânticas perseguidas pelas frotas são complementadas pelas rotas de redistribuição, que transportam mercadorias transformadas, atendendo assim a outras demandas do mundo europeu e mesmo extra-europeu. Especiarias exóticas tornadas produtos medicinais, a prata metamorfoseada em moeda. Das “produções naturais” se podia extrair os corantes e tinturas em geral. Nesse caso, pode ser lembrado a partir do estudo de Godinho: o pau-brasil vindo da América portuguesa, o pau-de-campeche do Yucatan, e vindo de Dar’a no Marrocos saariano, o anil. O açúcar partia de vários lados do império marítimo e simboliza na análise de Godinho o epicentro de uma das fases da civilização ibero-atlântica. A abordagem sistêmica ganha força quando afirma que “a gênese do mundo atlântico está pois, em grande parte, ligada àquilo que Fernand Braudel chama muito apropriadamente a dinâmica do açúcar”.²³

Uma demarcação que atravessa toda a modernidade é a intencionalidade racional²⁴ dos estados nacionais e dos intelectuais ligados ao poder mais diretamente, orientados para uma política preservacionista do mundo natural, tendo como pano de fundo o pragmatismo, o utilitarismo e a perspectiva de uma redescoberta especulativa do Novo Mun-

do. Tudo isso atualizado pela ilustração setecentista que afinal norteou as potências, os filósofos naturais e os cientistas na direção da criação de espaços de sociabilidade intelectual, e da formulação de políticas coloniais capazes de reorientarem a dinâmica da exploração capitalista estruturada no centro da economia mundial.²⁵ Afinal, sobre esse aspecto deve-se lembrar o importante e atualizado estudo do economista alemão Elmar Altvater, acerca do impacto do desenvolvimento econômico e do processo decisório dos países de acumulação mais complexa sobre o meio ambiente. Altvater medita densamente sobre a natureza do processo de crescimento econômico das nações mais desenvolvidas do globo, e sustenta de uma forma contundente, apoiado numa farta demonstração empírica, que o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente.²⁶

Mas devemos ter um certo cuidado ao julgar que o movimento de pilhagem ambiental foi algo que eclodiu quase exclusivamente numa fase posterior ao segundo pós-guerra. Suponho que o movimento exploratório tenha sido bem anterior, e foi estrutural, enraizado, pensado, calculado pormenorizadamente até mesmo em suas conseqüências mais imediatas. Sendo assim o processo de arqueologia, expansão e exploração, iniciado com os descobrimentos, reveste-se de uma certa familiaridade com as inflexões da macropolítica contemporânea.

O reconhecimento do território 'aonde se

está pisando' nunca foi tão valorizado pelos meios de comunicação, escolas, intelectuais oficiais, governo e as universidades. E o século XVIII esteve, de certa maneira, a sombrear a revolução intelectual e científica que funcionou como a força motriz da continuidade, e do salto das gerações futuras no que se refere à mudança de atitude diante das transformações verificadas no espaço natural, como tentarei demonstrar nas páginas que se seguem.

O jogo de busca e conquista dos objetos foi um palco privilegiado para o observador da história da cultura científica ocidental. Os viajantes dos descobrimentos farejaram incessantemente significações e vestígios do elo perdido, numa espécie de pesquisa quase arqueológica, em termos do conhecimento produzido e retido a partir da experiência novomundista.

O esforço despendido pelos navegadores, missionários-religiosos e aventureiros encontra eco na permanente conquista do espaço natural das ex-colônias, que se pode observar contemporaneamente nas conferências sobre a biodiversidade, exames detalhados acerca das novas fronteiras ecológicas no norte do Brasil, assim como em toda mobilização urbana, em grande medida associada aos setores intermediários da pirâmide social, em torno da valorização da qualidade de vida dos grandes centros, como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Há uma evidente revitalização dos ambientes silvestres no interior das residências

as, e uma percepção aguda de que na infância é possível educar visando a preservação do meio ambiente nas grandes cidades. A aclimação de parcelas da população à vida 'natural' não representa um segredo para os estudiosos da gênese da adequação dos *modernos ou dos homens seculares*²⁷ ao mundo natural recriado nas grandes metrópoles.

Esse movimento global de integração de grandes contingentes de homens e de produtos exóticos à rede de trocas de mercadorias foi identificado por Russell-Wood. Após extensa pesquisa documental, o historiador norte-americano analisou diversas variáveis simultaneamente, conferindo uma única intenção à carreira colonial, e vários sentidos ao fluxo humano, ao fluxo de especiarias comercializáveis por todo o Ocidente, assim como à difusão dos elementos pertencentes à flora e à fauna dos ambientes rústicos transplantados para o continente europeu.²⁸

Os descobrimentos peninsulares investiram numa acumulação de forças na direção de um profundo e contínuo movimento investigativo acerca do mundo natural das colônias ultramarinas do Novo Mundo. Podemos então procurar detectar as principais tarefas dos investigadores da natureza que saltavam das suas naus, caravelas e caravelões. As marcas deixadas pelos primeiros colonizadores na demarcação do território relacionam-se diretamente à forma como os lusos entendiam o que estavam vendo.²⁹ Nesse sen-

tido, o projeto inicial da empresa metropolitana, para além da exploração dos tão sonhados metais preciosos, estava alicerçado numa certa contemplação do vazio do território, do reconhecimento dos meios fluviais, do entendimento do relevo, das potencialidades da natureza e das propriedades que dela se pode extrair.

Falarei agora um pouco sobre a odisséia, em torno da conquista dos elementos naturais, pelas terras americanas ao longo dos tempos modernos, mais especificamente na abertura da modernidade. Este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais apurada das origens do desvelamento do meio ambiente americano numa época de profunda reflexão sobre as razões que impulsionam os estados nacionais na direção de uma exploração cada vez mais vigorosa dos ecossistemas planetários.³⁰ As consequências da macropolítica dos estados também têm sido cuidadosamente estudadas por meio de importantes mensurações quantitativas.³¹ Para os efeitos desta investigação, cabe-me aqui provocar algumas discussões sobre um ponto de viragem em que se deu uma reorientação política e intelectual, visando uma maior exploração combinada com uma retórica preservacionista de tudo o que hipoteticamente representasse o mundo das criaturas brutas.

O caminho aparentemente errático dos portugueses na rota da América, para alguns investigadores e muitos curiosos, deve ser percebido como uma aventura

até certo ponto inconclusa, ou até mesmo equivocada e acidental, fruto de um povo à procura da sua história perdida no tempo, e esfacelada em razão de um conjunto plural de identidades que viriam a formar os povos peninsulares – árabes, europeus herdeiros da tradição visigótica e homens de vocação atlântica que circulavam no alto-mar e traziam costumes exóticos de diversas proveniências.

Quando Portugal confirmava por intermédio de Tordesilhas a sua chamada ‘autonomia’ atlântica (longo processo que tem no período de 1475 até 1494 anos decisivos para os monarcas portugueses³²), os demais reinos ibéricos batiam-se em torno da unificação e da reconquista cristã em sua fase terminal. No centro dos conflitos protonacionais estavam envolvidos diversas cidades-estados e estados recentíssimos, ainda em busca de legitimidade interna e capacidade bélica para que se protegessem do inimigo potencial externo.

Em meio a teia hobbesiana que se tecia – reinos poderosos lutando entre si como a Inglaterra e a França, outros em formação como Florença e Veneza e finalmente os reinos que integravam o grande comércio mediterrânico e atlântico – faz-se necessário lembrar que o Ulisses ibérico tinha uma tarefa no continente e outra no além-mar. O reino de Granada buscava no final do século XV e princípios do XVI a identidade religiosa, os aragoneses dividiam-se entre os interesses mediterrânicos com os aliados de Nápo-

les e aqueles propriamente peninsulares numa possível aliança com Castela. Córdoba vivia a iminente condição de reino esfacelado pela sobrevivência das Taifas. Navarra constituiu-se como região de interesse dos Habsburgos espanhóis, mas também dos absolutistas franceses, e ainda tinha que, ao mesmo tempo, se ver livre da obediência maometana.³³

Quero crer que a força que sobressai de toda essa rede de trocas mercantis e políticas pode ser caracterizada como uma forma de consciência ultramarina que irá determinar uma vocação despótica, nos dois séculos que se seguem aos primórdios da colonização portuguesa nos trópicos, fundada na convicção de que o futuro está na origem. É como se a salvação dos exploradores da natureza estivesse imobilizada na descoberta dos objetos encontrados pelos primeiros viajantes.

O fato de sermos de uma maneira ou de outra ultramarinos pode se ver refletido nas constantes tensões, freqüentemente capturadas pela historiografia contemporânea, entre a preservação da tradição e os caminhos que sinalizam novas formas de conhecimento baseadas no acontecimento. Os conflitos do continente foram deixados provisoriamente de lado para que a empresa de constituir um vasto império não esbarrasse na “ignorância ecológica”, afinal era fundamental entender taxonomicamente o que se estava vendo.³⁴ Os europeus possuíam as ferramentas para europeizar a África, a América e a Índia, entretanto muitos impre-

vistos ocorreram no decorrer do tempo, como por exemplo o desconhecimento das múltiplas propriedades das ervas, da procriação dos animais que ameaçavam as *plantations*, ou mesmo os novos minérios parecidos com preciosidades, mas que deveriam se converter em outros usos que não os propriamente pecuniários.³⁵

Primeiro, a natureza a ser conquistada era a do arquipélago dos Açores, da ilha da Madeira e demais formações insulares na costa africana e na Ásia. Posteriormente, o mundo natural da América portuguesa passou a ser o objetivo em mira ao longo dos séculos XVII e XVIII, tanto o litoral quanto o interior do Brasil deveriam ser explorados. A lógica que preside a fundamentação científica é a apropriação excedentária funcionalizada para o expansionismo, que assumiu contornos cada vez mais objetivos no século XX.

A natureza passa a se constituir numa potente estrutura de pensamento fornecedora de inspiração para os sábios e estadistas metropolitanos interessados numa utilização mais racional dos elementos naturais e na multiplicação das suas propriedades. O mundo natural integra um conhecimento que resultou do encontro dos navegadores-viajantes com os costumes nativos e as novas especiarias, formando o que o historiador português Luís Filipe Barreto denominou de complexo sociocultural dos descobrimentos. Ao lado disso, a natureza funciona como estrutura do sistema colonial, flexibilizando-o diante das novas motiva-

ções do capitalismo moderno. O conjunto das práticas econômicas do absolutismo (mercantilismo) vai além das exclusivas relações de troca ou mesmo de um ideário limitado pela falta de originalidade que abundava entre os fisiocratas.

Alguns trabalhos relativamente recentes demandam uma determinada originalidade conceitual do pensamento mercantilista, muito especialmente nas seguintes obras: Cosimo Perrota, *Produção e trabalho produtivo no mercantilismo e no iluminismo*; Francisco J. C. Falcon, *Exclusivo metropolitano e comércio colonial: questões recentes*; Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e mercadoria: utopia e prática de navegar*. Nesses estudos, pode-se afirmar que há uma espécie de atualização de algumas posições consolidadas no que concerne à fixidez da prática mercantil na esfera da circulação, assim como no aparente imobilismo do Estado diante das transformações estruturais do capitalismo europeu, que vivia um novo ciclo hegemônico de acumulação de forças militares e dinásticas.

AS ARTÉRIAS VITAIS

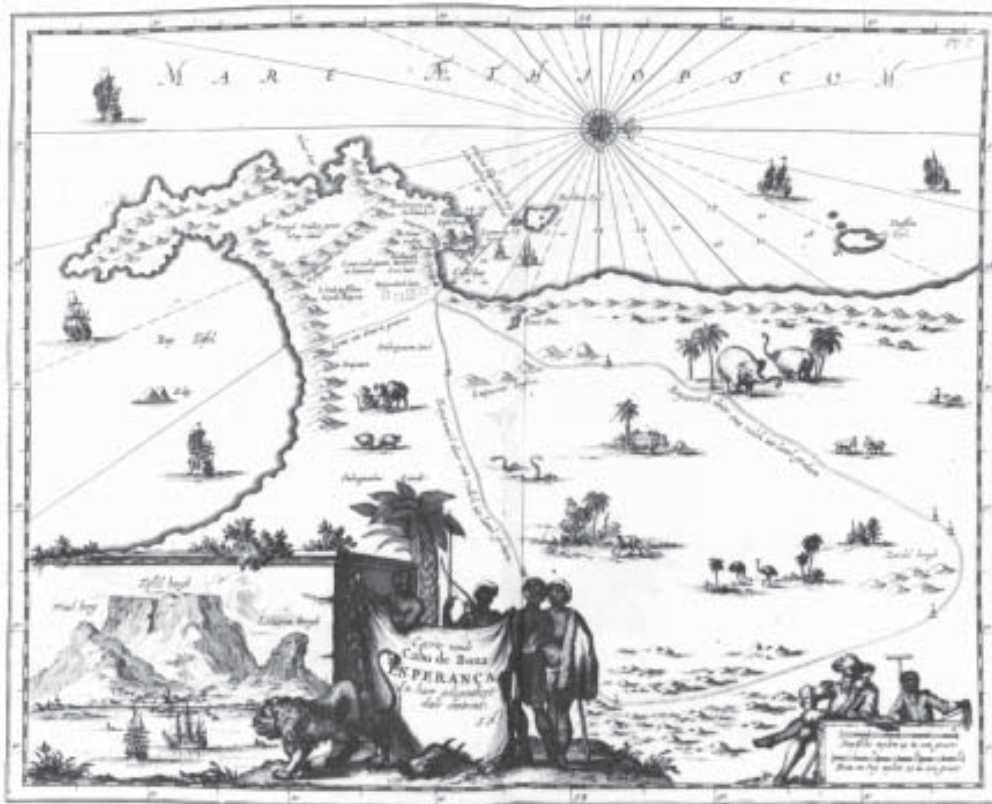
A busca do fio para o entendimento do labirinto ultramarino exige do investigador da expansão um conhecimento adensado sobre o mundo atlântico, expressão cunhada pelo próprio Godinho a fim de designar a inserção do Novo Mundo no contexto da economia mundo europeia. A his-

tória da expansão é trilhada de uma maneira que, muitas vezes, nos conduz para a hipótese do estabelecimento dos marcos conceituais de uma historiografia dos povos de língua portuguesa. Como se pode verificar imediatamente, a obra de Magalhães Godinho possui diversas latitudes intelectuais, e todas convergem para uma compreensão das fontes do mundo contemporâneo.⁵⁶ A história do presente ronda o tempo todo a tese da expansão como um movimento global, sem que o autor abandone o foco: a circulação de homens e moedas pelo império marítimo. Galeões e frotas navegam pelas rotas primárias na captura do con-

trole de Cádiz, Sevilha, La Coruña, Lisboa, O Porto e Viana do Castelo. O tráfico do açúcar é feito pelas rotas do Brasil a São Tomé. Godinho propõe um verdadeiro mapa dos descobrimentos, examinando o atlântico e os eixos comerciais mais remotos do continente europeu.

À POLÍTICA DO MONOPÓLIO COLONIAL E OS FUNDAMENTOS DA CRISE

O tempo longo do colonialismo é contemplado pelo historiador do império ultramarino tanto num olhar dirigido para as motivações mentais coletivas, quanto numa ação de Estado baseada na racionalidade da soci-



Mapa do cabo da Boa Esperança.
Johan Nieuwhof. *Gedenkweerdige Brasiliae Zee-em-Lant-Reize[...]*. Amsterdam, 1682.

idade portuguesa de antigo regime. Godinho não se perde na perspectiva de uma crise econômica estática, mas privilegia efetivamente os elementos que integram um movimento de crise: a história dos preços mundiais, o déficit da balança comercial,³⁷ e os processos de desenvolvimento em curso nas metrópoles europeias. A concorrência à escala do território e da acumulação de capitais é definidora para a ocupação do posto de Estado controlador do núcleo orgânico da economia mundial.

Nas seções 4, 5, 6 e 7 do estudo de Magalhães Godinho sobre as frotas e o reconhecimento do mundo atlântico, pode-se observar a participação portuguesa no sistema mundial por intermédio das colônias. A flutuação do papel do Estado português no cenário internacional é uma das chaves metodológicas para a compreensão desse estudo. Portugal é descrito por Godinho numa luta incessante diante das demais potências frente às alterações de demanda por novos produtos exóticos, confrontos pressionados pelo patrulhamento das rotas promovido por armadas de diversas bandeiras, e no horizonte os vários papéis exercidos pelo Brasil:

Ao mesmo tempo, o ouro do Brasil torna-se, cada vez mais, uma tentação. Em contrapartida, a cultura açucareira vai diminuir no Brasil, porque a mão-de-obra é desviada para as minas e porque o ouro é mais rendoso – o que, de resto, não passa de uma miragem, de

um mito, mas os mitos exercem uma influência que se não pode desprezar nas atitudes coletivas; os homens julgam que o ouro rende mais do que o açúcar; embora na realidade não seja exato, isso basta para os desviar do açúcar para o metal fulvo.³⁸

Godinho vislumbra várias leituras para a evolução do mercantilismo no espaço ibérico. O autor revê a centralidade da estratégia metalista, e sugere que o Estado protecionista da época moderna tinha uma grande capacidade de adaptar-se às situações de enfrentamento com a dinâmica do sistema interestadados.

CONCLUSÃO: A HISTÓRIA É FORMA DE PENSAMENTO

A definição clara do objeto, a busca da objetividade do conhecimento e a erudição no tratamento das fontes e dos clássicos do pensamento contemporâneo articularam o conjunto das preocupações do historiador português Vitorino Magalhães Godinho, em sua obra vasta e complexa. É um escritor de Portugal e do Brasil. Um pensador do sentido imperial da colonização portuguesa pelo mundo. É capaz de a um só tempo contar a história de Portugal apoiado numa pesquisa erudita, pensar sobre o significado da totalidade ibérica, e impor uma trama da rede atlântica a partir dos domínios e da política imposta pelas metrópoles. O debate que existe nos dias de hoje acerca da natureza do processo colonial, entre os pesquisadores da expansão lusa, deveria atingir também os

estudiosos das regiões colonizadas.

Retomando o autor mais uma vez:

A pesquisa histórica estava assim estreitamente associada à análise das questões essenciais do presente e do futuro da grei portuguesa. Pois bem: em nossos dias, bem mais do que então, nesse dealbar da revolução industrial e da Revolução Francesa, a perspectivação histórica da problemática que se nos impõe é instrumento analítico insubstituível, e isto se voltados, como devemos estar, para a prospectiva.³⁹

A dimensão prospectiva do seu pensamento também deve ser marcada. A historiografia brasileira demonstra um profundo desconhecimento acerca da produção intelectual portuguesa, especialmente no século XX. O historiador português faz parte de uma verdadeira legião de autores esquecidos por muitos historiadores, ou simplesmente ignorado pelos jovens estudantes que se formam em história hoje em dia.

Godinho sugere que a história de alguma forma seja portadora de um discurso que amplifique o conteúdo para a vida, mais ou menos desta forma: é como se o historiador devesse agir sobre o seu meio social, observando a realidade que o cerca, procurando senti-la, e vivê-la no seu dinamismo. O movimento para ele não está confinado à experiência das trocas. Não, a história demanda um intercâmbio de homens, restabelecendo, de certa forma, um caminho na direção da civiliza-

ção, uma das preocupações do autor. O passado deve ser visto à luz do presente e o historiador deve se comprometer com uma escrita próxima ao público, como fica claro numa entrevista concedida ao professor Manuel Nunes Dias na USP, em 1954. O depoimento ocorre exatamente numa época em que Godinho retocava seus estudos sobre as frotas e os mercados coloniais, e preparava uma edição das frotas com um vasto material de pesquisa. Os mercados não representam uma utopia latente de construção da autonomia territorial, mas a verificação de que processos de desenvolvimento são lutas de dominação. O estudo das frotas, dentre outras lições, demonstra que o cruzamento de interesses, o confronto de identidades e disputas hierárquicas não significam descolamento do mundo.

O repertório de problemas que Godinho delinea nesse estudo, afirma, ou mesmo silencia e provoca a interpretação, pode ser pelo menos apresentado sob a forma de uma agenda para ensaios futuros sobre a história da historiografia luso-brasileira: a retomada da história econômica e dos estudos de história moderna e contemporânea; a crítica pesada à história 'acontecimental'; a história diplomática com seus estudos que levam ao nada; e, finalmente, a preocupação constante com parâmetros universais para compreender o passado. No final da entrevista ao professor Nunes Dias, pode-se destacar uma referência para os estudiosos daquelas décadas, e um aspecto para a reflexão para os investigadores da pes-

A

C

E

quisa histórica contemporânea: "... Mas o passado é a cada momento reconstituído segundo a mentalidade do presente, logo

há um vaivém permanente e a história torna-se, em parte, a autodeterminação do momento de agora por si própria".

N O T A S

1. Consultar esse processo de formação da consciência cortesã no Ocidente em: Norbert Elias, "Curialização e romantismo aristocrático", em *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 183-233.
2. Conferir a esse respeito: Giacomo Marramao, *Poder e secularização: as categorias do tempo*, São Paulo, Unesp, 1995.
3. Ver para maiores detalhes: Edmundo O' Gorman, *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*, São Paulo, Unesp, 1992.
4. Consultar a este respeito: Vitorino Magalhães Godinho, *O papel de Portugal nos séculos XV e XVI. Que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Lisboa, GTMECDP, 1994.
5. Lucien Febvre, *O Reno: história, mitos e realidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 209.
6. Consultar a esse respeito: A. J. R. Russel-Wood, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel, 1998.
7. Os documentos fundadores de uma idéia em torno da comunidade lusófona podem ser localizados na seguinte biografia: José Alberto Braga (coord.), *José Aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*, Lisboa, Trinova Editorial, 1999.
8. Conferir o seguinte estudo: A. J. R. Russel-Wood, *Portugal e o mar: um mundo entrelaçado*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.
9. Sobre esse aspecto o ensaísta Eduardo Lourenço oferece uma perspectiva decisiva: "Portugal é precisamente o primeiro reino da península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar desde os fins do século XIII até hoje a mesma tira estreita à beira do Atlântico, a outra fronteira sem fim que mais tarde fará parte do seu espaço real e mítico de povo descobridor". Cf. Eduardo Lourenço, "Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa", em *Mitologia da saudade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 90.
10. Ver a esse respeito: José Saramago, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 1985.
11. Ver: K. David Jackson, *Os construtores dos oceanos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.
12. João Lúcio de Azevedo, *A evolução do sebastianismo*, Lisboa, Presença, 1984, p. 7.
13. Ernest Jünger, *O passo da floresta*, Lisboa, Edições Cotovia, 1995, p. 9.
14. Sobre essa discussão consultar: Kenneth Maxwell, *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1999.
15. Ver a coletânea de artigos de Jaime Reis, *O atraso econômico português, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
16. Ver: Hans Georg Gadamer, *L' eredità dell' Europa*, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1991.
17. Consultar dados de Juan J. Linz e Alfred Stepan, *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*, São Paulo, Paz e Terra, 1999. Especialmente as páginas 115-187.

18. Para uma clarificação das tensões Ocidente/Oriente conferir: Salman Rushdie, *Oriente, Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
19. Para um aprofundamento dos marcos qualitativos desta discussão ver: Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, 1997.
20. Eric J. Hobsbawn, *O novo século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
21. O conjunto da obra e do projeto intelectual de Norbert Elias, acerca de uma teoria da civilização, é fundamental para as nossas reflexões nesta parte do estudo sobre V. M. Godinho.
22. Consultar sobre essa perspectiva mais global: Michel Mollat, *A Europa e o mar*, Lisboa, Presença, 1995.
23. Vitorino Magalhães Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", em *Ensaio II: sobre a história de Portugal*, Lisboa, 2ª ed., Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 427.
24. Conferir: Miguel Batista Pereira, *Modernidade e secularização*, Coimbra, Almedina, 1990.
25. Assinalo aqui a importância de um exame das idéias do seguinte artigo: Carlos Eduardo Martins, "Los desafíos del sistema mundial para el siglo XXI: perspectivas para la América Latina", em *Aportes* (revista de la Facultad de Economía de la benemérita Universidad Autónoma de Puebla), Puebla, enero-abril 2000, pp. 55-69.
26. Ver essa discussão em Elmar Altvater, *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*, São Paulo, Unesp, 1995. Especialmente as páginas 21-43. Consultar também sobre o conceito de desenvolvimento: Elmar Altvater, "Obstáculos en la trayectoria del desarrollo", em Francisco López Segrera, *Los retos de la globalización*, Caracas, Unesco, 2 volumes, pp. 609-625. Ver também os estudos recentes do sociólogo e economista italiano Giovanni Arrighi sobre a noção de desenvolvimento sustentável no mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva que admite níveis diferenciados de somas acumuladas de capital entre os conjuntos de nações, gerando uma espécie de desigualdade macrorregional que daria novos contornos às disparidades locais, regionais e até mesmo numa escala mundial. Cf. Giovanni Arrighi, *A ilusão do desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1997.
27. Consultar a seguinte obra: Antônio Edmilson Martins Rodrigues e Francisco José Calazans Falcon, *Tempos modernos: ensaios de história cultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
28. Ver: A. J. R. Russell-Wood, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, op. cit.
29. Conferir sobre esse aspecto o criativo trabalho de Kenneth David Jackson, *Os construtores dos oceanos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.
30. Conferir: Vitorino Magalhães Godinho, *O socialismo e o futuro da península*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.
31. Consultar: Immanuel Wallerstein, *O capitalismo histórico*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
32. Sobre esse aspecto, deve-se consultar um artigo que oferece uma visão abrangente e atualizada deste intrincado problema que envolve questões de ordem diplomática e querelas oriundas da gestão da política interna lusa: Luís Felipe de Alencastro, "A economia política dos descobrimentos", em Adauto Novais (org.), *A descoberta do homem e do mundo*, São Paulo, Funarte, 1998, pp. 193-209.
33. Para uma perspectiva acerca das origens desses conflitos étnico-nacionais ver o tratado de Robert Lopez, *O nascimento da Europa*, Lisboa, Cosmos, 1965.
34. Consultar: Alfred W. Crosby, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
35. Ver para maiores detalhes: Sydney Mintz, "A antropologia da produção de *plantation*", em Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Font, *Economia e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
36. Para uma visão ampla da obra e da vida de Magalhães Godinho consultar: Joaquim Romero Magalhães, "De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine", em *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, pp. 1-41. Romero Magalhães abre diversas portas e permite que o leitor tenha a liberdade de percorrer as possibilidades vislumbradas pela imensa obra produzida pelo historiador português.

37. Conferir sobre esse aspecto: José Jobson de Andrade Arruda, "Frotas de 1749: um balanço", em *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG/Fapemig/Fundação João Pinheiro, nº 21, jul. 1999, pp. 190-209.
38. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", op. cit., p. 438.
39. Idem, "Os nossos problemas: para a história de Portugal e Brasil", em Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Formas de pensamento em Portugal no século XV: esboço de análise a partir de representações de paisagens nas fontes literárias*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 9.

A B S T R A C T

This text analyses the interpretation of the historian Vitorino Magalhães Godinho about the relationship between the Portuguese America and the process of organization of the economy of the European world since the fifteenth and sixteenth centuries.

The principal ideas announced in this study, according to the history of the fleet and the circulation of the spices related by Godinho, are the following: the conception of the global space discovered since the 'opening of the world'; the contemporaneous crisis of the human science; the history of Brazil and Portugal in a 'unique writing'; and, finally, the concept of Maritime Empire.

R É S U M É

Ce text analyse l'interprétation du historien Vitorino Magalhães Godinho sur la relation entre l'Amérique portugaise et le procès d'organisation de l'économie du monde européen, depuis les quinzième et seizième siècles.

Les idées principaux annoncées dans cet étude, selon l'histoire des flottes et de la circulation des épices racontées par Godinho sont les suivantes: la conception du space global découvert depuis l' 'ouverture du monde'; la crise contemporaine de la science de l'humanité; l'histoire du Brésil et du Portugal dans une 'écriture unique', et finalement, le concept d'Empire Maritime.